



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal -SEBEA, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante:	Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA
1.3. Fundamento legal:	Lei nº 14.133/21, através do Sistema de Registro de Preço Art. 78, inciso IV, c/c art. 82, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021
1.4. Período:	01 (um) ano
1.5. Tipo:	Menor preço por lote, respeitando os valores unitários nos termos da Lei 14.133/2021

1.6. Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviço médico-veterinário de castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	CATSERV	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
Lote único				
Contratação, futura e eventual, de empresa especializada para o serviços de serviço médico-veterinário de castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasita, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal -SEBEA, pelo período de 01 (um) ano, abarcando os 04 (quatro) itens abaixo:				



1	14001	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, com tutor/responsável, de ambos os sexos, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e domiciliados nos limites do território do Município de Nova Friburgo.	Unidade	2.100
2	14001	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 02 (dois) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, machos e errantes, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo, que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SEBEA.	Unidade	150
3	14001	Serviço médico-veterinário de castração, com implantação de microchip e internação pelo período de 07 (sete) dias, em clínica veterinária especializada, para cães e gatos, fêmeas e errantes, independente da raça, com idade mínima de 4 (quatro) meses e máxima de 8 (oito) anos e recolhidos nos limites do território do Município de Nova Friburgo, que serão encaminhados com autorização especial e expressa da SEBEA.	Unidade	150
4	14001	Hemograma completo com busca de hemoparasitas	Unidade	2.880

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato da ata em Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 84, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

1.9. Trata-se de Serviço comum, ou seja, apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento o menor preço global, através do Sistema de Registro de Preços - SRP.



1.10. Trata-se de Serviço comum, ou seja, apresenta padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento o menor preço por lote (lote único), através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Os requisitos da contratação são aqueles necessários e indispensáveis para que se atinja o objetivo de encontrar a solução mais adequada para uma contratação que melhor atenda aos objetivos da Administração. Eles orientam e delimitam a forma como será feita a execução dos serviços, assegurando que atendam às necessidades e expectativas da contratação.

Dessa forma, a contratação deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- Os serviços de castração com implantação de microchip deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção dos tutores e dos animais a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública;
- Os procedimentos cirúrgicos somente poderão ser executados por profissionais médicos(as) veterinários(as), com registro regular e válido no Conselho Regional de Medicina Veterinária competente;
- É obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) homologada pelo CRMV-RJ para a execução dos procedimentos cirúrgicos para controle populacional de cães e gatos;
- A empresa deverá contratar e manter às suas expensas os funcionários necessários para a realização do ato cirúrgico de castração, hemograma com consulta de hemoparasitas (com coleta única de



amostra), implantação de microchip e cadastro dos animais, sendo necessário o mínimo de 01 (um) veterinário e 01 (um) auxiliar;

- Os equipamentos, instrumentais e os demais insumos necessários para a adequada prestação do serviço serão fornecidos e mantidos pela licitante vencedora;

- A licitante vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a realização do exame de hemograma até seu resultado;

- A licitante vencedora deverá fornecer todos os insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos, tais como: pré-anestésicos, anestésicos, analgésicos, material de enfermagem, oxigênio para equipamentos de anestesia inalatória, instrumentos cirúrgicos, medicamentos para pré e pós-operatório e os demais insumos necessários para a execução dos procedimentos cirúrgicos;

- A licitante vencedora deverá fornecer, microchip com, no mínimo, as características abaixo relacionadas, podendo ser substituído por superior, mediante avaliação técnica prévia e justificada pelo servidor designado para a exercer a atribuição de fiscal:

- Diâmetro: 1.25 m m
- Comprimento: 7.0 m m
- Material: Bio Glass 8625
- Revestido por uma substância anti migratória chamada Parylene Peso: 9 m g
- Frequência: 134,2 KHZ, tecnologia FDX-B
- Cumpre com as normas ISO 11784, ISO 11785 e a ISO 14223

- A licitante vencedora deverá fornecer, para a prestação satisfatória do serviço, todos os equipamentos, instrumentais e insumos necessários para implantação do microchip, inclusive, leitor universal de transponders (microchip), em regime de comodato, pelo período que perdurar a contratação.

- Para realização dos procedimentos cirúrgicos deverão ser empregadas, preferencialmente, anestésias inalatórias, caso seja considerada a utilização de anestésicos gerais ou dissociativos, deverão ser utilizados, obrigatoriamente, analgésicos opióides.

- É necessário que a licitante vencedora tenha em sua posse os seguintes produtos ou similares:

- VAPORIZADOR ISO CALIBRADO;
- DL330 Doppler;
- DL740 – ANESTESIA INALATÓRIA COM VENTILAÇÃO COM PEDESTAL – VET, FOCO CIRÚRGICO BICOLOR DE 12 LEDS, DL1000 – MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 9 PAR METROS TOUCH VET.

Além de, no mínimo, material básico de fluidos, medicamentos trans e pós-operatório, porta agulha, pinças hemostáticas curvas, pinças hemostáticas retas, pinças Backaus, tesoura cirúrgica romba-



fina, pinça anatômica dente de rato, pinça anatômica sem dente, gancho de castração(Snook), cabo de bisturi, lâmina descartável, aparelho para tosa, lâminas para tricotomia, garrotes, focinheiras, autoclave, aventais cirúrgicos, pares de luvas estéreis, cuba de antisepsia, campo cirúrgico grande (1,20x1,20m), campo cirúrgico pequeno (1,20x1,0m), compressas cirúrgicas, pacote de gaze estéril, lâminas de bisturi (uso único), tapetes higiênicos (que podem ser substituídos por SMS), álcool 70, almotolia, Gliconato Clorexidina Degermante à 2%-litro, água-oxigenada 10% - litro, desinfetante hospitalar para superfícies fixas e artigos não críticos, sabonete líquido, esparadrapo rolo, algodão hidrófilo, equipo macrogotas, cateter, soro, seringas, agulhas, bem como todos os equipamentos, insumos e medicamentos necessários para a realização satisfatória e segura do procedimento cirúrgico.

- A licitante vencedora deverá apresentar licenças ambiental e sanitária válidas;
- A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica em Procedimentos Cirúrgicos Veterinários, que comprove no mínimo o quantitativo correspondente a 20% (vinte por cento) do total estimado em tópico próprio, emitido(s) em favor da licitante, impresso em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas.
- Deverá constar, obrigatoriamente, em cada atestado: nome (razão social), CNPJ e endereço completo da Contratante e da Contratada, características do trabalho realizado (denominação, natureza, descrição e finalidade), local de execução dos serviços, período de realização (de DD/MM/AA a DD/MM/AA), metodologia e recursos utilizados, data da emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado.

Cabe ainda salientar que os serviços deverão ser executados obedecendo toda legislação vigente, em especial:

- a) Lei nº 14.133/2021- Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Lei nº 13.426/2017 - Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências;
- c) Resolução CFMV nº 1596/2024 - Dispõe sobre Diretrizes Gerais de Responsabilidade Técnica em Programas, Campanhas e Mutirões de esterilização cirúrgica de caninos e felinos domésticos com a finalidade de manejo populacional;
- d) Resolução CRMV-RJ nº 60/2021 - Normatiza os procedimentos de contracepção de cães e gatos em ações pontuais e Programas/Projetos/Mutirões/Campanhas de esterilização cirúrgica com a finalidade de controle populacional no âmbito do CRMV-RJ;
- e) Lei Estadual nº 3.900/2002 e suas alterações - Institui o Código de Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e suas atualizações;
- f) Lei Municipal 4.637/2019 - Institui a Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo;
- g) Lei Complementar nº 124/2018 - Institui o Código Tributário Municipal de Nova Friburgo, e dá outras providências;
- h) Lei Complementar nº 069/2012 - Institui o Código Sanitário de Nova Friburgo, e dá outras providências;



- i) Lei nº 5.517/1968 - Dispõe sobre o exercício da profissão de médico-veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, bem como suas atualizações e regulamentações; e
- j) Demais legislações pertinentes ao objeto da contratação.

Dos critérios de Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a empresa licitada terá como obrigação gerenciar adequadamente todos os resíduos sólidos e/ou rejeitos provenientes da prestação de serviços a ser executada, seguindo a legislação em vigor.

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, devido à natureza do objeto solicitado no presente.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Considerando a solução escolhida para sanar a atual demanda da Administração Pública, a descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada com fornecimento de toda a infraestrutura, mão de obra e todos os materiais, equipamentos, insumos, medicamentos e alimentação necessários à execução dos serviços desde o exame de sangue preventivo do animal até sua liberação, seja imediatamente após cirurgia ou após internação.

A contratação pretendida tem caráter continuado e é essencial para garantir o controle populacional de cães e gatos em nosso Município, bem como garantir a redução de problemas de saúde, conforme já exposto no item *Descrição da Necessidade*, e deverá ser executada sem exclusividade de mão de obra.

Caberá à empresa executar conforme a melhor técnica, os procedimentos de hemograma, castração e implantação de microchip, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas e as Legislações Municipais, Estaduais e Federais pertinentes ao objeto da contratação.

A empresa deverá dispor de equipe mínima formada por 01 (um) médico veterinário e 01 (um) auxiliar veterinário.

A execução dos procedimentos cirúrgicos de castração com microchipagem, bem como o exame laboratorial de sangue, deverá ocorrer de segunda à sábado, no período compreendido entre os horários de 08:00 às 17:00, salvo na hipótese de modificação com prévia concordância de ambas as partes.

As informações do responsável pelo animal (nome, CPF/CNPJ, endereço), dados de identificação (nome, procedência, espécie e sexo) e condições do animal atendido deverão ser registradas e disponibilizadas ao município e aos órgãos fiscalizadores.



No momento do agendamento junto à Subsecretaria de Bem-Estar Animal, será disponibilizado ao tutor a Ficha de Marcação e a Autorização de Realização do Exame Sanguíneo (Hemograma com busca de hemoparasitas). O exame deverá ser realizado em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do procedimento cirúrgico, na sede da empresa contratada, a fim de que seja verificada a possibilidade (ou não) de o animal ser submetido à cirurgia de castração.

Poderá ser dispensado o exame de sangue para animais com histórico de visitação em consultas médicas veterinárias, bem como em animais que apresentarem exames anteriores, realizado no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data agendada para a realização da castração, tal análise caberá ao médico veterinário responsável pelo procedimento que deverá justificar a não aceitação do exame previamente realizado.

Antes do procedimento cirúrgico, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Autorização para a realização de procedimentos cirúrgicos e anestésicos (Resolução CFMV nº 1.071/2014). Além disso, o tutor/responsável deverá assinar um Termo de Responsabilidade, no qual constarão as recomendações a serem seguidas após a cirurgia. Ambos os termos devem ser assinados pelo tutor e pelo médico-veterinário;

Todos os atos médicos veterinários devem ser executados exclusivamente por médico veterinário legalmente habilitado, conforme o previsto na Lei nº 5.517/1968 e demais disposições regulamentares;

Os instrumentos a serem utilizados nos procedimentos cirúrgicos deverão estar devidamente esterilizados e disponíveis no centro cirúrgico em quantidade suficiente para atender ao quantitativo de animais submetidos e agendados para a realização do procedimento de castração;

Os procedimentos de castração e implantação de microchip devem ocorrer em ambiente fechado, restrito, de tamanho compatível com o número e fluxo de animais a serem atendidos por fase do procedimento;

As instalações devem respeitar os fluxos de área limpa e não limpa e impedir o cruzamento de materiais sujos e limpos;

As salas designadas como centro cirúrgico deverão ser estruturadas de forma que permita completa higienização prévia, compatíveis com o rigor da assepsia cirúrgica e, posterior, minimizando riscos de disseminação de doenças ou contaminação ambiental, especialmente no que tange à saúde pública;

Para a cirurgia deve-se utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e uso individual, para cada procedimento cirúrgico. Os panos de campo cirúrgico utilizados devem ser lavados e esterilizados após cada uso, garantindo uso exclusivo por animal e por procedimento. Os aventais cirúrgicos, os campos cirúrgicos e panos de mesa podem ser de tecido ou SMS, sempre estéreis.

Todos os fármacos administrados, assim como o peso e a identificação do animal (no caso de identificação eletrônica) devem ser registrados nos prontuários e afixados nas gaiolas individuais;

Os integrantes das equipes de trabalho deverão estar devidamente identificados, uniformizados e utilizar, quando necessário, equipamentos de proteção individual;



São obrigatórios os seguintes procedimentos: anamnese e exame clínico prévios, à elaboração de prontuário individual e a formalização das autorizações;

Todos os envolvidos com os procedimentos cirúrgicos e auxiliares que permanecerem dentro do ambiente cirúrgico devem usar gorro, máscara, roupa cirúrgica ou avental específico;

Os cirurgiões e auxiliares de cirurgia devem usar avental cirúrgico e luvas cirúrgicas, ambos estéreis, para cada procedimento cirúrgico.

Os panos de campo cirúrgico de tecido ou não tecido (TNT – tecido não tecido ou SMS - spundbond meltblown spundbond) utilizados na área cirúrgica devem ser esterilizados e de uso exclusivo por animal e por procedimento;

Deve-se respeitar as técnicas de antisepsia nos animais e equipe cirúrgica, bem como utilizar material cirúrgico de qualidade, higienizado, esterilizado e de uso individual, para cada procedimento cirúrgico;

É obrigatório o uso de analgesia no trans e pós-operatório.

A equipe de trabalho deve estar preparada para os procedimentos de emergência e dispor de equipamentos, materiais e fármacos básicos para o suporte da vida dos animais;

Os animais devem ficar sob a assistência médico-veterinária durante o período de pós-operatório imediato (até sua liberação para o responsável);

Compete, exclusivamente, aos médicos-veterinários autorizar a liberação do animal para acompanhamento do tutor/responsável;

O animal será liberado apenas após o completo retorno anestésico, após exame dos parâmetros vitais, da ferida cirúrgica e pleno restabelecimento dos reflexos protetores, normalização das suas atividades como consciência, manter-se em estação e deambular;

O médico veterinário deverá garantir assistência ao animal durante o pós-operatório imediato, em torno de 1 (uma) a 2 (duas) horas;

O médico-veterinário deverá prescrever medicamentos de pós-operatório (anti-inflamatório e analgésico), garantindo um pós-operatório sem dor ou desconforto. No caso de animal errante, os medicamentos deverão ser disponibilizados pela empresa contratada.

Aos animais errantes, deverá ser disponibilizada pela empresa roupa cirúrgica ou colar elizabetano para proteção da ferida cirúrgica. Nos demais casos, é indispensável a orientação ao tutor/responsável sobre o uso desses acessórios, evitando qualquer interferência por parte do animal.

O tutor/responsável deve ser orientado sobre a retirada dos pontos cutâneos.

Deve ser feita a classificação, armazenamento, tratamento, coleta e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados pela atividade de acordo com a legislação federal, estadual e/ou municipal vigente. O local deve passar por limpeza prévia e posterior.



Em se tratando de animais errantes, além de serem mantidas todas as orientações dos animais tutelados, faz-se importante esclarecer que o hemograma deverá ser realizado na clínica veterinária, na data de entrada dos mesmos. O resultado deverá ser disponibilizado no mesmo dia e a cirurgia de castração apenas poderá ser realizada após análise deste (resultado do exame) pelo médico-veterinário responsável pelo procedimento.

A realização do exame de sangue dos animais errantes é obrigatória e sua não realização é de total responsabilidade da Contratada, bem como qualquer complicação advinda do pré ou pós operatório.

O animal errante só receberá alta após sua total recuperação, ou, quando necessário, da retirada dos pontos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1. Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)

7.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome de:

Município De Nova Friburgo, CNPJ: 28.606.630/0001-23
Endereço: Avenida Alberto Braune, 225, Centro, Nova Friburgo - RJ
CEP: 28613-001

7.2. Da liquidação da despesa:

7.2.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023, https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.2.2. Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html

7.3. Do pagamento da despesa:

7.3.1. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.



7.3.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.3.4. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, c/c art. 17, §2º, c/c art. 33, inciso I, c/c art. 78, inciso IV, c/c art. 82, §1º, todos da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.



8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista;

A) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

B) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

C) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

D) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

E) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

F) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



8.12.3. Qualificação técnica.

A. Inscrição do responsável técnico no CRMV, na validade.

B. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

1. Certidões sanitárias e autorizações de funcionamento, além de declaração de normas de biossegurança;
2. Declaração da quantidade média de animais castrados e chipados/ ano;
3. Declaração de que a empresa tem o mínimo de 10 baias disponíveis para internação dos animais errantes;
4. Declaração do sistema utilizado para preenchimento do cadastro de microchip.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras exigências de qualificação técnica: faz-se necessário a comprovação que a equipe conte com uma anestesista com especialização em sedação inalatória à disposição das marcações.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

C. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

D. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

E. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;



F. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

G. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

H. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a. ata de fundação;
- b. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.13. Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

8.14. As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

8.15. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.



9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1. Da Contratada:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 48 da Lei 14.133/2021;
- manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se



verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

- manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- acatar prontamente as exigências e observações da fiscalização da contratante
- executar o objeto da contratação no Município de Nova Friburgo, atendendo às solicitações da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;
- dispor de um médico veterinário para supervisão do projeto. Este médico veterinário deverá ter a competência mínima designada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária. Esta exigência se adequa à necessidade da SEBEA, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;
- arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais;
- fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: botas, luvas, máscaras e outros;
- afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município de Nova Friburgo, qualquer funcionário que, por solicitação da fiscalização da Contratante, não deva continuar a participar da execução dos serviços;
- fornecer e manter todos os insumos necessários ao bom desempenho dos serviços.
- comunicar ao Departamento Municipal de Saúde a Vigilância Sanitária, ambiental e a SEBEA, no prazo de máximo de 12 (doze) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- prestar todo esclarecimento ou informação solicitada à Contratante, garantindo o acesso dos profissionais a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- durante o período que decorrerá entre o início e término do contrato, a Contratada deverá manter canal de comunicação ininterrupto com profissional de sobreaviso para em caso de intercorrência advinda da prestação dos serviços, acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;
- paralisar, por determinação da Contratante, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas, animais ou bens de terceiros;



- responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deva satisfazer. Além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos de acidentes do trabalho, impostos e outras providências e obrigações pertinentes ao seu ramo de atividade;
- arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- não permitir a utilização de mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos;
- responder por todo e quaisquer ônus decorrente de eventual condenação trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos decorrentes do contrato decorrente do presente Termo de Referência
- fornecer à SEBEA os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da SUBBEA;
- comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;
- estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;
- arcar com todos os gastos relativos à prestação dos serviços, incluindo faturas de consumo (água, energia elétrica, telefonia, internet, dentre outros), danos materiais ou pessoais para com os funcionários ou a terceiros;
- assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do serviço pelo Contratante, bem como permitir o acesso aos registros e às informações consideradas necessárias;
- comunicar à unidade requisitante, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital e no contrato;
- reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o(s) serviço(s) em que se verifique falha, bem como, providenciar a substituição/reexecução dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente;
- organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas;
- no caso de qualquer necessidade de reagendamento do procedimento, deverá a Contratada comunicar a nova data e o horário da realização deste na ficha do animal, com assinatura do médico-veterinário responsável;
- responsabilizar-se por qualquer intercorrência que ocorra com os animais errantes após o aceite da internação até sua efetiva alta;
- fornecer medicamentos, tais como anti-inflamatórios e analgésicos, roupa cirúrgica e colar elizabetano, para os animais errantes, a fim de garantir um pós-operatório sem dor e desconforto, bem



como evitar qualquer interferência por parte do animal, assim como prescrevê-los e orientar os tutores, quando domiciliados;

- fornecer as informações necessárias para que a Contratante preste esclarecimentos à população sobre eventuais Ouvidorias recebidas;
- responsabilizar-se pela segurança e integridade física dos animais durante o procedimento, respondendo por eventuais acidentes ou fatos que influem na integridade física dos animais;
- fornecer ferramentas, equipamentos, insumos e produtos a serem utilizados na execução dos serviços, sem ônus adicional para o município, bem como os EPI's mínimos para manutenção da segurança e integridade física de seus funcionários;
- todos os funcionários destacados pela Contratada para a execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência deverão apresentar-se ao trabalho, devidamente uniformizados com identificação, e deverão receber orientações gerais de segurança específica para a execução de cada tarefa, mesmo que rotineira.
- será terminantemente proibido aos funcionários da Contratada, durante a jornada de trabalho em qualquer função relativa ao contrato, pedir ou receber gratificações de qualquer tipo, sejam elas concedidas a que título for;
- manter durante toda a execução do contrato a equipe mínima composta por 01 (um) auxiliar veterinário e 01 (um) médico veterinário. Cabe lembrar que o veterinário, obrigatoriamente, deverá ser devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CFMV e com experiência na área. Todos os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;;
- manter durante toda a execução do contrato o local em boas condições e com atendimento aos requisitos mínimos exigidos neste Termo de Referência;
- a Contratada deverá providenciar a substituição de qualquer funcionário seu que vier a ser declarado inadequado para o exercício da função, seja por imperícia técnica ou por atitude considerada inconveniente, cabendo à fiscalização determiná-la através de comunicação formal, justificando seu ato e estabelecendo o prazo máximo para o atendimento, que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas;
- prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;
- independentemente da fiscalização por funcionários da Contratante se dar diariamente ou periodicamente, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços contratados;
- assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos causados em decorrência da prestação dos serviços contratados e/ou do não atendimento das exigências especificadas, independentemente se causados pelos empregados da Contratada ou seus prepostos;



- observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta ou indireta do contrato a ser celebrado, isentando a contratante de qualquer responsabilidade;

- a Contratada não poderá associar-se a outrem, ceder, transferir total ou parcialmente, realizar fusão, cisão ou incorporação do objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;

- a Contratada responderá por perdas e danos que, porventura, venha sofrer a Contratante e/ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

- ficar sempre à disposição para eventuais visitas da fiscalização do contrato pela Contratante ou por quem esta autorizar, que poderá ocorrer sem a necessidade de sua prévia ciência;

9.2. Da Contratante:

- comunicar à Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

- promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

- rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

- observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- prestar à Contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- demais condições constantes do edital de licitação;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



10.1.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1. advertência;

10.3.2. multa;

10.3.3. impedimento de licitar e contratar;

10.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5. compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;



10.6. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.7. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, em dotação vinculada à Secretaria Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal -SEBEA, na forma abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
65005.1854200292.076	172000000017	33903900



A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Nova Friburgo/RJ, 14 de fevereiro de 2025.

Gestor:	Apoio Técnico:	
Elisângela Alcina F. Rodrigues Matr.: 062.905	Luiz Fernando Bonin Freitas Matr.: 299.264	Higor Nascimento Silva Lombardo Matr.: 301.344

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como **AUTORIZO O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

André Luiz Silva de Moraes
Secretário do Bem-Estar e Proteção Animal
Matricula 63797



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
B E M - E S T A R E
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Da Secretaria de Bem Estar e Proteção Animal

Para: Comissão Permanente de Pregão I

Em resposta ao presente processo de Impugnação interposto por Rafael de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº134.877.887-30, com fulcro no artigo 164 da Lei nº14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGEA/ME nº 73/2022 – contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

No caso em tela houve impugnação do presente edital alegando que haveria limitação dos participantes, uma vez que:

- i.) há evidências de limitação à participação eis que, ao dispor que os serviços deverão ser prestados por clínica veterinária especializada situada no Município de Nova Friburgo, configura-se restrição ao caráter competitivo do certame;
- ii.) não há previsão de possibilidade de instalação posterior no município por parte de empresas vencedoras sediadas em outras localidades, o que cria uma restrição geográfica disfarçada, limitando a participação de concorrentes de outros municípios e violando o princípio da ampla competitividade.

Sendo a resposta a uma impugnação de pregão é uma decisão da administração pública que analisa e julga as razões apresentadas pelo impugnante, dessa forma, pelo princípio da competitividade, possibilitando mais empresas de participar do certame, acolhemos a impugnação para modificar o item 4 do termo de referência que passa a constar a seguinte redação:

...(...) “Os serviços de castração com implantação de microchip deverão ser executados em clínica veterinária especializada, situada no Município de Nova Friburgo, tendo em vista a maior facilidade de locomoção dos tutores e dos animais a partir da integração promovida pela Rodoviária Urbana Municipal. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública; “ ...(...)

Solicitamos a





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
B E M - E S T A R E
P R O T E Ç Ã O A N I M A L

Solicitamos o retorno do feito para o regular prosseguimento do certame com a devida urgência, por se tratar de serviço de natureza continua, anexo a esta Termo de Referência Modificado.

Elisângela Alcina Faustino Rodrigues
Matrícula: 62499
Subsecretária do Bem-Estar Animal

De acordo:

André Luiz Silva de Moraes
Secretário do Bem-Estar e Proteção Animal
Matricula 63797





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

À Secretaria Municipal Bem-Estar e Proteção Animal

Processo Licitatório nº 45.785/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para o serviço médico-veterinário castração com implantação de microchip e realização de hemograma completo, com busca de hemoparasitas, em cães e gatos (machos e fêmeas) com idade entre 04 (quatro) meses e 08 (oito) anos, com tutor/responsável e errantes, independente da raça, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal - SEBEA, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta por **RAFAEL DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 134.877.887-30, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, **TEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.032/2025.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se o Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que:

- i.) há evidências de limitação à participação eis que, ao dispor que os serviços deverão ser prestados por clínica veterinária especializada situada no Município de Nova Friburgo, configura-se restrição ao caráter competitivo do certame;
- ii.) não há previsão de possibilidade de instalação posterior no município por parte de empresas vencedoras sediadas em outras localidades, o que cria uma restrição geográfica disfarçada, limitando a participação de concorrentes de outros municípios e violando o princípio da ampla competitividade.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

II. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se:

1. O conhecimento e processamento da presente impugnação, por sua tempestividade e pertinência;
2. A alteração do item 4 do Termo de Referência, com a previsão expressa de prazo razoável para instalação no Município de Nova Friburgo, caso a empresa vencedora não possua sede local no momento da licitação, por errata, de cláusula que preveja prazo razoável (sugerimos 30 dias úteis renováveis por igual período) para que a empresa vencedora, caso não sediada em Nova Friburgo, possa se instalar no município para prestar os serviços contratados, como já praticado este critério pelo próprio Município no P.E. 90021/2025.;
3. A eventual suspensão do certame, se necessário, até que sejam saneadas as irregularidades apontadas.

III. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Em análise inicial do apresentado na solicitação de impugnação é possível verificar que o pregão eletrônico 90.021/2025, já teve o prazo para instalação no Município incluído em seu Termo de referência o que no entender deste pregoeiro cabe revisão do item se equiparando a exigência do processo citado.

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 26.12 do Edital, considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Recomenda-se que o setor avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.

Por fim, informamos que a realização do Pregão Eletrônico em pauta está **suspensa** para melhor análise da Impugnação interposta e solicitamos, após a manifestação do setor técnico, o posterior retorno do feito para o regular prosseguimento do certame.

Nova Friburgo, 15 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão Permanente de Pregão I
Matrícula nº 206.934



Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Pedido de Impugnação ao P.E 90032/2025

2 mensagens

Rafael de Oliveira <rafaeldeoliveira1185@gmail.com>
Para: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

11 de abril de 2025 às 18:51

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.32/2025

AO SENHOR SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.32/2025

Processo Administrativo: 45785/2025

ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Rafael de Oliveira, CPF 134.877.887-30, em atenção ao fundamento previsto no artigo 164, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no item 25.2 do edital, vem, tempestivamente, apresentar o presente:

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.32/2025

com base nos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o artigo 164, da Lei 14.133/2021:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame".

E ainda em estrita atenção ao item 25.2 do edital.

Portanto, cabível a presente impugnação, haja vista encontrar-se amparada a norma regulamentadora, além de estar dentro do prazo pré-determinado à sua propositura, considerando o dia de hoje em relação a data prevista para realização deste certame.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

1. DA LIMITAÇÃO - EXIGÊNCIA DE PREVIAMENTE ESTAR SEDIADA NO MUNICÍPIO/ AUSÊNCIA DE PRAZO PARA INSTALAÇÃO NA SEDE/RESTRIÇÃO DA COMPETIÇÃO

Em sede de minuciosa verificação do edital, foi observado junto ao do Termo de Referência elaborado para esta contratação, dentre as condições previstas, há existência de elementos que evidenciam limitação, dispondo que os serviços deverão ser prestados por clínica veterinária especializada situada no Município de Nova Friburgo, sob o argumento de facilitar o acesso de tutores e animais.

In casu, o primeiro ponto que merece apreço, e, visando espantar quaisquer dúvidas que possam vir a pairar sobre o tema, é importante asseverar que os procedimentos administrativos, pelo qual envolve se encontra o licitatório, possuem como condição de existência a observância aos preceitos legais dos quais se submetem, da mesma forma que é de estrita necessidade à observância a existência dos motivos em que se baseiam a sua realização.

Sendo assim, ao voltar-se para o caso concreto temos por claro a não observância a norma em algumas das suas anotações, inobservado, por consequência o princípio da proposta mais vantajosa à Administração, bem como gerando nulidade ao mesmo.

Destarte, corroborando o acima citado, o e. Tribunal de Contas da União é firme em lecionar que "Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determinam-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente", vejamos:

TCU - ACÓRDÃO 1079/2017 - PLENÁRIO, RELATOR: MARCOS BEM QUERER REPRESENTAÇÃO. LICITAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE BOA HORA/PI. ANULAÇÃO DA CONCORRÊNCIA 002/2015. REALIZAÇÃO DO RDC PRESENCIAL 1/2015 COM O MESMO OBJETO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. CONTRATAÇÃO POR PREÇOS COMPARATIVAMENTE ELEVADOS. CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR POR MEIO DO ACÓRDÃO 1.482/2016 - PLENÁRIO. OITIVA DO MUNICÍPIO E DA EMPRESA CONTRATADA. NÃO ACOLHIMENTO DAS JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS. ESTIPULAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO CERTAME, BEM COMO DO CONTRATO DELE DECORRENTE. DETERMINAÇÕES. AUDIÊNCIAS DOS RESPONSÁVEIS. CIÊNCIA. À REPRESENTANTE, AO MUNICÍPIO E À FUNDAÇÃO NACIONAL DE

SAÚDE. 1. A desclassificação de proposta por inexecutabilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados e deve ser franqueada a oportunidade de cada licitante defender a respectiva proposta e demonstrar a sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes que ele tenha a sua proposta desclassificada. 2. Constatadas ilegalidades no procedimento licitatório que possam ter contribuído para a restrição do caráter competitivo do certame, determinam-se à entidade promotora que adote as providências visando à anulação da licitação, bem como do contrato dela decorrente.

Ou seja, tamanha é a gravidade do desamparo as condições mínimas licitatórias, como a competitividade, que mesmo após a realização do certame amparado se encontra a anulação do feito, por patente ilegalidade em seus termos.

É sabido, que ao licitante deverá recair a obrigação de atendimento aos anseios do órgão proponente e estabelecido por este para eventual execução do objeto pleiteado, sob pena em caso de descumprimento de alguma cláusula editalícia sua desclassificação ou inabilitação. Sendo certo que o licitante possui suas obrigações. Convém de igual forma que a administração deve atuar na elaboração de seus editais de licitações, sem restrições, primando pela ampla competitividade e o interesse público. Por consequência criar condições de caráter prévio à contratação e restrição geográfica mediante justificativas rasas, sendo que certamente há mais de uma forma de atendimento à administração e de acordo com a legislação, e por óbvio na forma disposta sendo inviabilizando contratação de empresas sediadas em locais distintos a sede do órgão. Trata-se como uma eminente afronta ao princípio da proposta mais vantajosa à Administração, pois nos certames licitatórios o que se busca é a contemplação da necessidade da Administração que se dará independentemente da existência prévia da matriz ou filial constituída no local, pois desta forma apenas cerceará a competitividade do feito, além de aumentar em expressivo o montante a ser cobrado para esta contratação, sendo permissivo condicionar a execução contratual do objeto licitado, prazo para que a licitante que venha ser vencedora, se instale dentro dos limites do município de Nova Friburgo - RJ, é o que se aponta.

De modo a corroborar o fatídico assentado, trazemos aqui dois licitatórios procedimentos semelhantes desta própria municipalidade:

Primeiramente passado por fracasso no Pregão Eletrônico nº 900.95/2024, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO, futura e eventual, de empresa especializada para prestação de serviços médico veterinário, sem dedicação exclusiva de mão de obra, consistentes em atendimentos de urgência e emergência (24 horas, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados), em cães e gatos, de pequeno, médio e grande porte, de ambos os sexos, errantes (de vida livre ou comunitários), resgatados nas vias e áreas públicas municipais, ou aqueles resgatados pelas autoridades durante ações realizadas, dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo, e que se encontrem em circunstâncias classificadas como em sofrimento e/ou em debilidade extrema, vítimas de acidentes, atropelamentos e maus tratos, em que a vida do animal esteja comprometida, englobando cirurgias e procedimentos clínicos, exames clínicos, laboratoriais e radiológicos, testes rápidos para detecção de doenças, fornecimento de todos os materiais, insumos e medicamentos, internação quando necessário e alimentação pelo período de permanência do animal no estabelecimento veterinário, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável, pelo período de 01 (um) ano. Exatamente pelo motivo de conter previsões restritivas junto ao Termo de Referência da contratação no item 4.1, que se dava da seguinte maneira:

"É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Além disso, a licitante deve, obrigatoriamente, apresentar estrutura e demais requisitos disponíveis para início imediato"

Diante do não atendimento deste aspecto ocorreu a desclassificação de licitantes não sediadas na municipalidade. E quanto a licitantes existentes no mercado local, foram desclassificadas para não cumprimento de outros elementos do edital em questão. Assim sendo o certame fracassado e a administração pública sem obter êxito na contratação pretendida.

Como segundo exemplo fático cita-se o Pregão Eletrônico nº90021/2025 tendo objeto semelhante ao do P.E mencionado acima. Que consequentemente pode ter ocorrido novamente diante da ausência de êxito na contratação anterior realizada. Neste novo ato licitatório é possível verificar no item 4.2 do Termo de Referência do P.E 90021/95, está disciplinado:

"É imprescindível que a empresa esteja localizada dentro dos limites do Município de Nova Friburgo, uma vez que o serviço é caracterizado como atendimento de urgência/emergência. Nessa toada, caso a empresa vencedora do certame não

apresente estrutura mínima para o início imediato dos serviços, **será disponibilizado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, renovável por igual período desde que devidamente justificado. O pedido de renovação do prazo de estruturação será avaliado e autorizado ou não pela Administração Pública.**" (G.N)

Notoriamente sendo alterado para que fosse possível de forma assertiva ampliar a competitividade nesta licitação, não havendo qualquer cláusula restritiva quanto previsão da empresa estar condicionada sua habilitação estar previamente sediada no município, concedendo prazo razoável para sua instalação visando a prestação dos serviços pretendidos.

Todavia, não há qualquer disposição no edital ou no Termo de Referência prevendo a possibilidade de instalação posterior no município por parte de empresas vencedoras sediadas em outras localidades, o que cria uma restrição geográfica disfarçada, limitando a participação de concorrentes de outros municípios e violando os princípios da ampla competitividade (art. 5º, I e II da Lei 14.133/2021).

Informa-se ainda que outros entes da federação também adotam essa prática como forma de conciliar a necessidade de atendimento local com a competitividade e concessão e prazos de instalação e adequação. Sendo medida plausível em atendimento a legislação e doutrinas existentes acerca desta temática.

Prevê o inciso I, do artigo 9º da Lei 14.133/21, Lei de Licitações e Contratos com a Administração Pública, que é vedado aos agentes públicos *"I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas; b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes; c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato"*.

Tal exigência só seria cabível se expressa no edital com a devida justificativa e cuja natureza do objeto tornar inviável que o cumprimento da obrigação possa ser realizado de maneira diversa a instalação/manutenção de unidade e ou visita presencial em localidade determinada.

Sobre o tema o TCU assim se posiciona:

TCU - Acórdão 2079/2005 - 1ª Câmara - "9.3.1 abstenha-se de incluir nos instrumentos convocatórios condições não justificadas que restrinjam o caráter competitivo das licitações, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93;".

TCU - Decisão 369/1999 - Plenário - "8.2.6 abstenha-se de impor, em futuros editais de licitações, restrições ao caráter competitivo do certame e que limitem a participação de empresas capazes de fornecer o objeto buscado pela Administração Pública, consoante reza o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93; "

TCU- Acórdão 1580/2005 - 1ª Câmara - Observe o § 10, inciso I, do art. 3o da Lei 8.666/1993, de forma a adequadamente justificar a inclusão de cláusulas editalícias que possam restringir o universo de licitantes. "

Bittencourt (2002, p. 17) leciona:

O ato convocatório deve estabelecer, portanto, regras para o certame, respeitando as exigências necessárias para assegurar a proposta mais vantajosa, sendo inválidas todas que maculem o caráter competitivo da licitação, uma vez que, nos casos de competição inviável, há a autorização legal de contratação direta. (BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo. 4ª ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Temas & idéias Editora, 2002)

Marçal Justen Filho:

"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, p. 63).

Assim, o objeto desta licitação possui natureza de indispensabilidade da localização geográfica para a execução satisfatória de seu objeto conforme justificativa apresentada, visto que o serviço a ser prestado visa o atendimento de animais da população de Nova Friburgo - RJ. Entretanto tal justificativa não pode ser restritiva e inviabiliza a competitividade. O que pode e deve ser feito pela administração pública, é utilizando-se de formas legais existentes, visando a maior competitividade e consequentemente a obtenção da proposta mais vantajosa que gere maior economicidade para os cofres públicos, através das medidas mitigadoras adotar o critério de concessão de prazos para que alguma licitante que se sagra vencedora e seja sediada em outra local, possa em prazo a ser concedido se institua no município e estando a prestação do serviço condicionado ao atendimento deste critério e certamente não sendo atendido a administração adote-se as medidas administrativas legais existentes.

III. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer-se:

1. O conhecimento e processamento da presente impugnação, por sua tempestividade e pertinência;
2. A alteração do item 4 do Termo de Referência, com a previsão expressa de prazo razoável para instalação no Município de Nova Friburgo, caso a empresa vencedora não possua sede local no momento da licitação, por errata, de cláusula que preveja prazo razoável (sugerimos 30 dias úteis renováveis por igual período) para que a empresa vencedora, caso não sediada em Nova Friburgo, possa se instalar no município para prestar os serviços contratados, como já praticado este critério pelo próprio Município no P.E. 90021/2025.;
3. A eventual suspensão do certame, se necessário, até que sejam saneadas as irregularidades apontadas.

Atenciosamente,

Rafael de Oliveira
CPF: 13487788730

Rafael de Oliveira <rafaeldeoliveira1185@gmail.com>
Para: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

15 de abril de 2025 às 10:25

Prezados,

Bom dia!

Considerando o pedido apresentado anteriormente em 11 de abril de 2025, ou seja, 03 dias úteis anteriores à data da licitação, venho por meio deste, solicitar informações quanto ao mérito apresentado.

Atenciosamente.

[Texto das mensagens anteriores oculto]



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

013822/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: e0fbfefe-fde7-43d7-852a-208c50e5aecb

AUTUADO EM	Terça-feira, 15 de Abril de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
Rafael de Oliveira	

RESUMO
<i>IMPUGNAÇÃO - PE 90.032/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 45.785/2024. IMPUGNANTE: RAFAEL DE OLIVEIRA</i>
DATA:15/04/2025

